

JOSEMARÍA ESCRIVÁ DE BALAGUER

A UNIVERSIDADE
E A LIBERDADE

L I S B O A
1 9 6 7

JOSEMARÍA ESCRIVÁ DE BALAGUER

A UNIVERSIDADE E A LIBERDADE

ENTREVISTA CONCEDIDA POR MONS. JOSEMARÍA ESCRIVÁ
DE BALAGUER A ANDRÉS GARRIGÓ, DIRECTOR
DE «GACETA UNIVERSITARIA»

UNIVERSIDAD DE NAVARRA
BIBLIOTECA DE HUMANIDADES

SEPARATA DA REVISTA «RUMO» — N.º 130 — DEZEMBRO, 1967

RUMO tem hoje a satisfação de apresentar aos seus leitores um documento de excepcional valor: a tradução das declarações recentes de Mons. Josemaría Escrivá de Balaguer, Grão-Chanceler da Universidade de Navarra, a uma revista universitária madrilena («Gaceta Universitaria», 5-X-67).

Pelo simples facto de ser Fundador do Opus Dei a sua figura não necessita de apresentação. Mas queremos sublinhar a sua condição universitária, porque a sua personalidade está intimamente ligada aos afãs da Universidade no mundo inteiro; os seus anos de juventude nas Universidades de Saragoça e Madrid; a promoção de importantes realizações universitárias em todo o mundo...

Estas são, pois, as palavras de um universitário de excepção que fala da Universidade, para uma revista universitária, dirigindo-se a outros universitários.

É a primeira vez que a imprensa pode divulgar as suas ideias sobre um tema de tão grande actualidade. Expressamos aqui a nossa admiração — também nós universitários, como tantos dos nossos leitores — e o nosso mais sincero agradecimento a Mons. Escrivá de Balaguer.

PERGUNTA: *Monsenhor, desejávamos que nos dissesse quais são, no seu entender, os fins essenciais da Universidade e como deve situar-se o ensino da religião dentro dos estudos universitários.*

RESPOSTA: A Universidade — bem o sabeis porque o estais vivendo ou desejais viver — deve prestar uma contribuição de primeira importância para o progresso humano. Como os problemas que se apresentam na vida dos povos são múltiplos e complexos — espirituais, culturais, sociais, económicos, etc. — a formação que a Universidade deve proporcionar há-de abranger todos esses aspectos.

O desejo de querer trabalhar pelo bem comum não basta; o caminho para que este desejo se torne realidade é preparar homens e mu-

lheres capazes de adquirirem uma boa preparação e capazes de darem aos outros o fruto da plenitude adquirida.

A religião é a maior rebelião do homem que não quer viver como um animal, que se não conforma — que não sossega — sem conhecer o Criador e privar com Ele: o estudo da religião torna-se portanto uma necessidade fundamental. Um homem que careça de formação religiosa não está completamente formado. Por isso a religião deve estar presente na Universidade e deve ensinar-se a nível superior, científico, de boa teologia. Uma Universidade da qual a religião esteja ausente é uma Universidade incompleta, porque ignora uma dimensão fundamental da pessoa humana, que não exclui — antes exige — as demais dimensões.

Por outro lado, ninguém pode violar a liberdade das consciências: o ensino da religião deve ser livre, ainda que o cristão saiba que, se quer ser coerente com a sua fé, tem obrigação grave de se formar bem nesse terreno, de possuir, portanto, uma cultura religiosa, isto é, adquirir doutrina, para poder viver dela e para poder ser testemunha de Cristo com o exemplo e com a palavra.

PERGUNTA: Na etapa histórica que vivemos há uma preocupação singular pela democratização do ensino, pela sua acessibilidade a todas as classes sociais e não se pode conceber a instituição universitária sem uma projecção ou função social. Em que sentido entende esta democratização e de que modo pode a Universidade cumprir a sua função social?

RESPOSTA: É necessário que a Universidade incuta nos estudantes uma mentalidade de serviço: serviço à sociedade, promovendo o bem comum através do trabalho profissional e da actuação pública. Os universitários devem ser responsáveis, sentir uma sã inquietação pelos problemas dos demais e um espírito generoso que os leve a enfrentar estes problemas e a procurar encontrar-lhes a melhor solução. É missão da Universidade dar tudo isto aos estudantes.

Todos aqueles que reunirem condições devem ter acesso aos estudos superiores, sejam quais forem a sua origem social, os seus meios económicos, a sua raça ou religião. Enquanto existirem barreiras neste sentido, a democratização do ensino será apenas uma frase oca.

Em resumo: a Universidade deve estar aberta a todos e, por outro lado, deve formar os estudantes para que o seu futuro trabalho profissional venha a estar ao serviço de todos.

PERGUNTA: Muitos estudantes sentem-se solidários e desejam adoptar uma atitude activa ante o panorama que observam em todo o mundo, de tantas pessoas que sofrem física e moralmente ou que vivem na indigência. Que ideais sociais proporia a esta juventude intelectual de hoje?

RESPOSTA: O ideal é, sobretudo, a realidade de um trabalho bem feito, a adequada preparação científica durante os anos da Universidade. Com esta base, há milhares de lugares no mundo que precisam de braços, que esperam por um trabalho pessoal, duro e sacrificado. A Uni-

versidade não deve formar homens que consumam egoistamente as vantagens alcançadas com os seus estudos; deve prepará-los para uma tarefa de generosa ajuda ao próximo, de fraternidade cristã.

Muitas vezes esta solidariedade esgota-se em manifestações orais ou escritas, quando não em algazarras estereis ou prejudiciais. A solidariedade, meço-a eu por obras de serviço: conheço milhares de casos de estudantes, de muitos países, que renunciaram ao seu pequeno mundo privado, dando-se aos outros mediante um trabalho profissional que procuram fazer com perfeição humana, em obras de ensino, de assistência, sociais, etc., com espírito sempre jovem e cheio de alegria.

PERGUNTA: *Perante a actualidade socio-política do nosso e dos restantes países, perante a guerra, a injustiça ou a opressão, que responsabilidade atribui à Universidade como corporação, aos professores e aos alunos? Pode a Universidade, em qualquer caso, admitir adentro do seu recinto o desenvolvimento de actividades políticas por parte de estudantes e professores?*

RESPOSTA: Antes de mais nada quero dizer que nesta conversa estou exprimindo uma opinião, a minha, a de uma pessoa que desde os dezasseis anos — agora tenho sessenta e cinco — não perdeu o contacto com a Universidade. Exponho o meu modo pessoal de ver esta questão, não o modo de ver do Opus Dei, que em todas as coisas temporais e discutíveis não quer nem pode ter opção nenhuma — cada sócio da Obra tem e exprime livremente o seu próprio parecer *pessoal*, pelo qual é também *pessoalmente responsável* — já que o fim do Opus Dei é *exclusivamente* espiritual.

Voltando à pergunta, parece-me que seria preciso, em primeiro lugar, chegar a um acordo sobre o que significa *política*. Se por política se entende interessar-se e trabalhar em favor da paz, da justiça social, da liberdade de todos — então, todos na Universidade, e a Universidade como corporação, têm obrigação de sentir esses ideais e de fomentar a preocupação de resolver os grandes problemas da vida humana.

Se por política se entende, em contrapartida, a solução concreta de um determinado problema, a par de outras soluções possíveis e legítimas, em confronto com os que sustentam o contrário, penso que não é a Universidade a instância que tenha de pronunciar-se a esse respeito.

A Universidade é o lugar onde as pessoas se *preparam* para dar soluções a esses problemas; é a casa comum, lugar de estudo e de amizade; lugar onde devem *conviver em paz* pessoas de diversas tendências que, em cada momento, sejam expressão do legítimo pluralismo que na sociedade existe.

PERGUNTA: *Se o condicionalismo político de determinado país chegasse a tal situação que um universitário — professor ou aluno — considerasse preferível, em consciência, politizar a Universidade, por carecer de meios lícitos para evitar o mal geral da nação, poderia, no uso da sua liberdade, fazê-lo?*

RESPOSTA: Se num país não existisse a mínima liberdade política talvez se produzisse uma desnaturalização tal da Universidade, que, deixando de ser a casa comum, se viesse a converter em campo de batalha de facções opostas.

Penso, não obstante, que seria preferível dedicar esses anos a uma preparação séria, a formar uma mentalidade social, para que aqueles que mais tarde houvessem de mandar — os que agora estudam — não caíssem nessa aversão à liberdade pessoal que é verdadeiramente patológica. Se a Universidade se converte no lugar onde se debatem e se decidem problemas políticos concretos, é fácil que se perca a serenidade académica e que os estudantes se formem num espírito de partidatismo; e assim, a Universidade e o país arrastarão sempre esse mal crónico que é o totalitarismo, seja qual for o seu sinal.

Quero, no entanto, esclarecer, ao afirmar que a Universidade não é lugar para a política, que não excludo, antes desejo, um estatuto político normal para todos os cidadãos. E se bem que a minha opinião sobre este ponto seja muito concreta, não quero acrescentar mais nada, porque a minha missão não é política, mas sacerdotal. Tenho direito a dizer o que disse, porque me considero universitário e tudo aquilo que se refere à Universidade me apaixona. Não faço, nem quero, nem posso fazer política. Mas a minha mentalidade de jurista e de teólogo — a minha fé cristã também — levam-me a estar sempre ao lado da legítima liberdade de todos os homens.

Ninguém pode pretender, em questões temporais, impor dogmas que não existem. Ante um problema concreto, qualquer que ele seja, a solução deve ser estudá-lo bem e, depois, actuar em consciência, com liberdade e com responsabilidade também pessoal.

PERGUNTA: *Quais são, em sua opinião, as funções que competem às associações ou sindicatos de estudantes? Como devem encarar-se as suas relações com as autoridades académicas?*

RESPOSTA: Pede-se-me um juízo sobre uma questão muito ampla. Não vou, por isso, descer a pormenores; só algumas ideias gerais. Penso que as associações de estudantes devem intervir nas tarefas especificamente universitárias. Há-de haver representantes — eleitos livremente pelos seus companheiros — que se relacionem com as autoridades académicas, conscientes de que têm de trabalhar em uníssono, numa tarefa comum — eis aqui outra boa oportunidade de realizar uma verdadeira obra de serviço.

É necessário um estatuto que estabeleça as regras a seguir para que esta tarefa se realize com eficácia, com justiça e de forma racional. Os assuntos devem ser bem trabalhados, bem pensados; se as soluções que se propõem forem bem estudadas, nascidas do desejo de construir e não do afã de criar conflitos, adquirem uma autoridade interna que faz com que se imponham por si sós.

Para tudo isto é preciso que os representantes das associações tenham uma formação séria: que amem em primeiro lugar a liberdade dos outros e a sua própria liberdade, com a consequente responsabilidade; que não desejem o brilho pessoal nem se atribuam faculdades

que não têm, mas busquem o bem da Universidade que é o bem dos seus companheiros de estudo. E que os eleitores escolham os seus representantes por essas qualidades e não por razões alheias à eficácia da sua *Alma Mater*: só assim a Universidade será o lugar de paz, remanso de serena e nobre inquietação, que facilita o estudo e a formação de todos.

PERGUNTA: Em que sentido entende a liberdade de ensino e em que condições a considera necessária? Neste sentido, que atribuições se devem reservar ao Estado em matéria de ensino superior? Considera que a autonomia é um princípio básico para a organização da Universidade? Poder-nos-ia apontar as linhas mestras nas quais se deve fundar o sistema de autonomia?

RESPOSTA: A liberdade de ensino é apenas um aspecto da liberdade em geral. Considero a liberdade pessoal necessária para todos e em tudo o que é moralmente lícito. Liberdade de ensino, portanto, em todos os níveis e para todas as pessoas! Quer isto dizer que toda a pessoa ou associação com capacidade para tal deve ter a possibilidade de fundar centros de ensino em igualdade de condições e sem impedimentos desnecessários.

A função do Estado depende da situação social: é diferente na Alemanha ou na Inglaterra, no Japão ou nos Estados Unidos, para citar países com estruturas educacionais muito diversas. O Estado tem evidentemente funções de promoção, de «contrôle», de vigilância. E isso exige igualdade de oportunidades entre a iniciativa privada e a do Estado: vigiar não é pôr obstáculos, nem impedir ou coarctar a liberdade.

Por isso considero necessária a autonomia docente — autonomia é outra forma de dizer liberdade de ensino. A Universidade como corporação deve ter a independência dum órgão num corpo vivo, liberdade na sua tarefa específica em favor do bem comum.

Alguns passos a dar para a efectiva realização desta tendência podem ser: liberdade de escolha do professorado e dos administradores; liberdade para o estabelecimento dos planos de estudo; possibilidade de constituir o seu património e de o administrar. Enfim, todas as condições necessárias para que a Universidade goze de vida própria. Tendo esta vida própria saberá dá-la, para bem de toda a sociedade.

PERGUNTA: Descobre-se na opinião estudantil uma crítica cada vez mais intensa ao sistema da cátedra universitária vitalícia. Parece-lhe acertada esta corrente de opinião?

RESPOSTA: Sim. Se bem que reconheça o alto nível científico e humano do professorado espanhol, prefiro o sistema de contratar livremente os professores. Penso que este sistema não prejudica economicamente o professor e constitui um incentivo para que o catedrático não deixe nunca de investigar e de progredir na sua especialidade. Evita também que as cátedras sejam tidas como feudos em vez de lugares de serviço.

Não excluo que o sistema da cátedra vitalícia possa dar bons resultados nalgum país, nem que com esse sistema se verifiquem casos de catedráticos muito competentes, que fazem da sua cátedra um verdadeiro serviço à Universidade. Mas parece-me que o sistema de livre contrato permite que estes casos sejam em maior número, até conseguir o ideal de que o sejam praticamente todos.

PERGUNTA: *Não é de opinião que, depois do Vaticano II, ficaram antiquados os conceitos de «colégios da Igreja», «colégios católicos», «Universidades da Igreja», etc.? Não lhe parece que tais conceitos comprometem indevidamente a Igreja ou soam a privilégio?*

RESPOSTA: Não, não me parece, se por *colégios da Igreja, colégios católicos, etc.*, se entender o resultado do direito que a Igreja e as Ordens e Congregações religiosas têm de criar centros de ensino. Montar um colégio ou uma universidade não é um privilégio, mas uma carga, quando se procura que seja um centro para todos, não só para os que dispõem de recursos económicos.

O Concílio não pretendeu declarar superadas as instituições docentes confessionais: só quis fazer ver que há outra forma — inclusive mais necessária e universal, vivida há tantos anos pelos sócios do Opus Dei — de presença cristã no ensino, que é a livre iniciativa dos cidadãos católicos que têm profissões ligadas à educação, dentro e fora dos centros criados pelo Estado. É mais uma manifestação da plena consciência que a Igreja tem, nestes tempos, da fecundidade do apostolado dos leigos.

Tenho de confessar, por outro lado, que não simpatizo com as expressões *escola católica, colégios da Igreja, etc.*, ainda que respeite todos aqueles que pensem o contrário. Prefiro que as realidades se distingam pelos seus frutos, não pelos seus nomes. Um colégio será efectivamente cristão quando, sendo como os restantes e esmerando-se por progredir, realize um trabalho de formação completa — também cristã — respeitando a liberdade pessoal e promovendo a urgente justiça social. Se faz isto realmente, o nome é de somenos. Pessoalmente, repito, prefiro evitar esses adjectivos.

PERGUNTA: *Como Grão-Chanceler da Universidade de Navarra, desejaríamos que nos falasse dos princípios que o inspiraram ao fundá-la e do seu significado actual no âmbito da Universidade espanhola.*

RESPOSTA: A Universidade de Navarra surgiu em 1952 — depois de rezar durante anos e anos, sinto alegria ao dizê-lo — com a aspiração de dar vida a uma instituição universitária na qual se plasmassem os ideais culturais e apostólicos de um grupo de professores profundamente interessados na missão docente. Desejou então — e deseja agora — contribuir, lado a lado com as outras universidades, para resolver os graves problemas educativos de Espanha e de muitos outros países que necessitam de homens bem preparados para construir uma sociedade mais justa.

Quando foi fundada, aqueles que a iniciaram não eram estranhos à Universidade espanhola: eram professores que se tinham formado e exercido o seu magistério em Madrid, Barcelona, Sevilha, Santiago, Granada e em várias outras universidades. Esta colaboração estreita — atrever-me-ia a dizer que mais estreita que a que mantém entre si universidades inclusivamente vizinhas — tem continuado, mediante frequentes intercâmbios e visitas de professores, congressos nacionais nos quais se trabalha em conjunto, etc. O mesmo contacto tem sido mantido e mantém-se com as melhores universidades de outros países, como foi confirmado pela recente investidura como doutores *honoris causa* de professores da Sorbonne, Harvard, Coimbra, Munique e Lovaina.

A Universidade de Navarra tem servido também para orientar a ajuda de tantas pessoas que vêm nos estudos universitários uma base fundamental do progresso do país, quando estão abertos a todos aqueles que merecem estudar, sejam quais forem os seus recursos económicos. É uma realidade a Associação de Amigos da Universidade de Navarra que, com a sua contribuição generosa, já conseguiu distribuir um elevado número de bolsas de estudo. Este número aumentará cada vez mais, como aumentará a afluência de estudantes afro-asiáticos e latino-americanos.

PERGUNTA: Algumas pessoas escreveram que a Universidade de Navarra é uma Universidade para ricos e que, ainda por cima, recebe subsídios avultados do Estado. Quanto ao primeiro ponto, sabemos que não é assim, porque somos também estudantes e conhecemos os nossos companheiros; quais são, na realidade, esses subsídios estatais?

RESPOSTA: Existem dados concretos, ao alcance de toda a gente, porque foram difundidos pela Imprensa, que permitem ver como — sendo o custo aproximadamente o mesmo das restantes universidades — o número de universitários que recebem ajuda económica para os seus estudos na Universidade de Navarra é superior ao de qualquer outra Universidade do país. Posso dizer-vos que este número ainda aumentará para procurar alcançar uma percentagem mais alta ou, pelo menos, semelhante à da Universidade não espanhola que mais se distinga pelo seu trabalho de promoção social.

Compreendo que desperte as atenções ver a Universidade de Navarra como um organismo vivo que funciona admiravelmente e que isto faça pensar na existência de ingentes meios económicos. Mas não se tem em conta, ao discorrer assim, que não bastam os recursos materiais para que uma iniciativa progrida com garbo: a vida deste centro deve-se principalmente à dedicação, ao entusiasmo e ao trabalho que professores, alunos, empregados, contínuos, estas louváveis mulheres navarras que fazem a limpeza, todos, enfim, consagram à sua Universidade. Não fora isto e a Universidade não teria podido sustentar-se.

A Universidade tem sido financiada mediante subsídios. Em primeiro lugar o da «Diputación Foral de Navarra», para despesas de manutenção. É preciso mencionar também a cedência de terrenos por parte do «Ayuntamiento de Pamplona», para construção dos edifícios,

como é prática habitual dos municípios de tantos países. Sabeis por experiência o *interesse moral e económico* que tem para uma região como Navarra, e concretamente para Pamplona, contar com uma Universidade moderna que abre, a todos, a possibilidade de receber um bom ensino superior.

Perguntais-me por subsídios do Estado. O Estado espanhol não ajuda a cobrir as despesas de sustentação da Universidade de Navarra. Concedeu apenas alguns subsídios para a criação de novos postos escolares, os quais aliviam o grande esforço económico requerido pelas novas instalações.

Outra fonte de receitas, concretamente para a Escola Técnica Superior de Engenheiros Industriais, são os subsídios da «Caja de Ahorros Municipal de San Sebastian».

Tiveram especial importância, desde os começos da Universidade, as ajudas prestadas por fundações espanholas ou estrangeiras, estatais e privadas: assim, um vultoso donativo oficial dos Estados Unidos, para dotar de aparelhagem científica a Escola de Engenheiros Industriais; a contribuição da obra assistencial alemã *Misereor* para o plano dos novos edifícios; a da Fundação Huarte para a investigação sobre o cancro; as da Fundação Gulbenkian, etc.

Depois, a ajuda que, se é possível, mais se agradece: a de milhares de pessoas de todas as classes sociais, muitas delas de escassos recursos económicos, que em Espanha e fora de Espanha, estão a colaborar, na medida das suas possibilidades, na sustentação da Universidade.

Finalmente, é preciso não esquecer as empresas que se interessam e cooperam nas tarefas de investigação da Universidade, ou a ajudam de qualquer modo.

Talvez penseis que, com tudo isto, o dinheiro acabe por sobrar. Não é assim: a Universidade de Navarra continua a ser deficitária. Desejava que nos ajudassem ainda mais pessoas e mais fundações, para podermos continuar com mais extensão esta tarefa de serviço e de promoção social.

PERGUNTA: Como fundador do Opus Dei e impulsor de uma ampla gama de instituições universitárias em todo o Mundo, poder-nos-ia descrever que motivações levaram o Opus Dei a criá-las e quais são os traços principais do contributo do Opus Dei neste nível de ensino?

RESPOSTA: O fim do Opus Dei é fazer com que muitas pessoas, em todo o Mundo, saibam, na teoria e na prática, que é possível santificar a sua actividade corrente, o trabalho de cada dia, que é possível buscar a perfeição cristã no meio da rua, sem abandonar as tarefas a que o Senhor nos quis chamar. Por isso, o apostolado mais importante do Opus Dei é aquele que é realizado individualmente pelos seus sócios, através da sua actuação profissional exercida com a maior perfeição humana — apesar dos meus erros pessoais e dos que cada um possa ter. Isto em todos os ambientes e em todos os países: porque pertencem ao Opus Dei pessoas de umas setenta nações, de todas as raças e condições sociais.

Além disso, o Opus Dei, como corporação, promove, com o concurso de um grande número de pessoas que não estão associadas à Obra — e que muitas vezes não são cristãs — trabalhos *corporativos*, com que procura contribuir para a resolução dos problemas que o mundo actual enfrenta: centros educativos, assistenciais, de promoção e capacitação profissional, etc.

As instituições universitárias são apenas um aspecto destas tarefas. As linhas que as caracterizam podem resumir-se assim: educação na liberdade pessoal e na responsabilidade também pessoal. Com liberdade e responsabilidade trabalha-se com gosto, rende-se, não há necessidade de «contrôles» nem de vigilância, porque todos se sentem *em sua casa* e basta um simples horário. Depois, o espírito de convivência sem discriminações de nenhum tipo. É na convivência que se formam as pessoas até que cada qual aprenda que, para poder exigir que respeitem a sua liberdade, deve saber respeitar a liberdade dos outros. Finalmente, o espírito de fraternidade humana: os talentos próprios devem ser postos ao serviço dos demais, pois sem isso de pouco valem. As obras corporativas que o Opus Dei promove em todo o Mundo estão sempre ao serviço de todos, porque são um serviço cristão.

PERGUNTA: *Em Maio, numa reunião que teve com os estudantes da Universidade de Navarra, prometeu um livro sobre temas estudantis e universitários. Poder-nos-ia dizer se demorará muito a aparecer?*

RESPOSTA: Permiti a um velho de mais de sessenta anos esta pequena vaidade: confio em que o livro sairá e poderá ser útil a professores e alunos. Pelo menos porei nele todo o carinho que tenho pela Universidade, um carinho que nunca perdi desde que nela pus os pés pela primeira vez... há tantos anos!

Talvez demore ainda um pouco a aparecer, mas chegará. Prometi, noutra ocasião, aos estudantes de Navarra uma imagem da Santíssima Virgem para a colocar no meio do *campus*, donde abençoasse o amor limpo, são, da vossa juventude. A estátua demorou um pouco a chegar, mas chegou por fim: Santa Maria, Mãe do Amor Formoso, benzida expressamente pelo Santo Padre para vós.

Acerca do livro devo dizer-vos que não espereis que agrade a todos. Exporei nele as minhas opiniões, confiando em que serão respeitadas pelos que pensam o contrário, como eu respeito todas as opiniões diferentes da minha, como respeito aqueles que têm um coração grande e generoso ainda que não compartilhem comigo a fé de Cristo. Vou contar-vos uma coisa que me sucedeu muitas vezes, a última delas aqui, em Pamplona. Aproximou-se de mim um estudante que queria cumprimentar-me.

— «Monsenhor, eu não sou cristão» — disse-me — «sou maometano». — «És filho de Deus como eu» — respondi-lhe. E abracei-o com toda a minha alma.

PERGUNTA: *Finalmente, pode dizer-nos alguma coisa a nós, que trabalhamos na imprensa universitária?*

RESPOSTA: O jornalismo é uma grande coisa e também o é o jornalismo universitário. Podeis contribuir muito para promover entre os vossos companheiros o amor aos ideais nobres, o afã de superação do egoísmo pessoal, a sensibilidade ante os afazeres colectivos, a fraternidade. E agora, uma vez mais, não posso deixar de vos convidar a amar a verdade.

Não vos oculto que me repugna o sensacionalismo de alguns jornalistas que dizem a verdade a meias. Informar não é ficar a meio caminho entre a verdade e a mentira. Isso nem se pode chamar informação, nem é moral, nem se podem chamar jornalistas aqueles que misturam, com poucas meias verdades, bastantes erros e mesmo calúnias premeditadas: não se podem chamar jornalistas porque não são mais do que as engrenagens — mais ou menos lubrificadas — de qualquer organização propaladora de falsidades, que sabe que serão repetidas até à saciedade sem má fé, pela ignorância e estupidez de muitos. Tenho de confessar-vos que, pelo que a mim me toca, esses falsos jornalistas *ficam a ganhar*, porque não há dia em que não reze carinhosamente por eles, pedindo ao Senhor que lhes esclareça as consciências.

Rogo-vos, pois, que difundais o amor ao bom jornalismo, que é aquele que não se contenta com rumores infundados, com os boatos inventados por imaginações febris. Informai com factos, com resultados, sem julgar as intenções, mantendo a legítima diversidade de opiniões, num plano equânime, sem descer ao ataque pessoal. É difícil que haja verdadeira convivência onde falte a verdadeira informação; e a informação verdadeira é aquela que não tem medo à verdade e que não se deixa levar por desejos de subir, de falso prestígio ou de vantagens económicas.

UNIVERSIDAD DE NAVARRA
BIBLIOTECA DE HUMANIDADES